

PISF – 5º Pedido de Prorrogação da Condicionante da Outorga

Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

18/12/2018



Outorga – Resolução 411/2005

- A ANA outorgou ao Ministério da Integração Nacional o direito de uso de recursos hídricos para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF por meio da Resolução nº 411, de 22/09/2005.

Características da Outorga

- Prazo de validade de 20 anos, podendo ser renovada por igual período, mediante solicitação.
- Vazão firme disponível para bombeamento, nos dois eixos, a qualquer tempo, de $26,4 \text{ m}^3/\text{s}$.
- Excepcionalmente, será permitida a captação da vazão máxima diária de $114,3 \text{ m}^3/\text{s}$ e instantânea de $127 \text{ m}^3/\text{s}$.

Condicionantes da Outorga

III – início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução;

IV – implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.

Condicionantes da Outorga

- O prazo estabelecido para início da operação do empreendimento pode ser ampliado, de acordo com a Lei Federal n. 9.984/2000, considerando o porte e a importância social e econômica do empreendimento, ouvido o CNRH.
- Nesse sentido, o MI fez o 5º pedido de alteração da Outorga emitida por meio da Resolução ANA n. 411/2005, com **prorrogação do prazo** para início de **operação do empreendimento** e de implantação da **cobrança** pelo serviço de adução de água bruta.

Pedidos de prorrogação já realizados e deferidos

- 1ª Prorrogação por 3 anos – 26/Set/14
- 2ª Prorrogação por 2 anos – 26/Set/16
- 3ª Prorrogação por 18 meses – 31/Mar/18
- 4ª Prorrogação por 9 meses – 31/Dez/18

5º Pedido de Alteração da Outorga

- O MI solicitou, por meio do Ofício n. 584/2018/SIH/MI, de 14/11/2018, alteração da condicionante III do art. 4º da Resolução ANA n. 411/2005, para prorrogação do prazo de entrada em operação do PISF e de implantação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta.
- A prorrogação do prazo solicitada é até a data de **31/12/2019**, isto é, por **12 meses**.

5º Pedido de Alteração da Outorga

- Foi apresentada pelo MI, Nota Técnica anexa ao Ofício, apresentando razões e justificativas para o 5º pedido de alteração da outorga do PISF.
- De acordo com o MI, o Governo Federal estimou inicialmente a conclusão das obras do PISF em 2012. Diante da complexidade de execução do empreendimento, o cronograma da obra em geral não permitiu atender a essa previsão inicial.

5º Pedido de Alteração da Outorga

- Segundo o MI, o Eixo Leste atingiu 100% de execução operacional (caminho das águas). Porém, para uma operação comercial eficiente e segura, é necessário:
 - Recuperar os reservatórios Braúnas e Barro Branco;
 - Realizar reparo eletromecânico nas EBVs 5 e 6;
 - Realizar obras de drenagem;
 - Proteger taludes das estações de bombeamento.
- A previsão é que esses serviços sejam concluídos em 2019, apesar de haver risco de déficit orçamentário.

5º Pedido de Alteração da Outorga

- Já o Eixo Norte está com 95,6% de execução física;
- A condução da água foi paralisada devido a uma não-conformidade na obra em agosto/2018;
- A expectativa é de retomada do bombeamento do caminho das águas no início de 2019.

5º Pedido de Alteração da Outorga

- O MI apresentou também justificativas do **ponto de vista da gestão do PISF**.
- De acordo com a Resolução ANA n. 2333/2017, a operação comercial inicia-se a partir da assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta entre a Operadora Federal e pelo menos uma Operadora Estadual, com a concomitante instalação e aferição de equipamentos medidores de vazão.
- Os equipamentos medidores já estão em funcionamento nos principais portais.

5º Pedido de Alteração da Outorga

- O MI informou que tem envidado todos os esforços junto aos estados para concretizar a assinatura dos contratos, porém sem sucesso até o momento.
- A principal dificuldade reside no fato de que a gestão do PISF envolve a coordenação dos interesses e competências de cinco entes da Federação cujas decisões são autônomas.
- Em setembro de 2018, a ANA publicou o Plano de Gestão Anual – PGA 2018, bem como definiu as tarifas para a prestação do serviço de adução de água bruta.

Análise da ANA

- A ANA, manifestou-se, por meio da Nota Técnica nº 11/2018/COOUT/SRE, favorável à prorrogação da data de início da operação da primeira fase do empreendimento, alterando assim o inciso III do art. 4º da Resolução ANA nº 411/2005, conforme solicitado pelo MI.
- Recomenda, porém, que, caso as ações de gestão não tenham sido implementadas até 31/12/2019, a ANA estabeleça regras especiais de operação para disciplinar as retiradas de água do PISF a partir de 01/01/2020.

Oitiva do CNRH

- Em conformidade com a Lei Federal n. 9.984/2000, a ANA encaminhou à Secretaria Executiva do CNRH o Ofício n. 203/2018/AA-CD-ANA, de 14/11/2018, com a cópia do pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo MI e, em seguida, o Ofício n. 228/2018/AA-CD-ANA, em 10/12/2018, com cópia da Nota Técnica nº 11/2018/COOUT/SRE, solicitando a oitiva do CNRH para que o processo administrativo em trâmite na ANA tenha prosseguimento.

Decisão da ANA

- Com base na avaliação da área técnica e nas eventuais manifestações dos membros do CNRH, a Diretoria da ANA deliberará sobre o pedido de prorrogação de prazo encaminhado pelo MI até 31 de dezembro de 2019.

Obrigada!

www.ana.gov.br

Siga **anagovbr** na mídias sociais

